

O novo ensino médio brasileiro

O ensino médio que temos no Brasil, carente de identidade e desconectado das exigências do mundo moderno, está com os dias contados. O modelo burocratizou a transmissão do conhecimento. Transformou-se em mera fábrica da chamada decoreba, premiado a memória, em vez do raciocínio. Seu único objetivo passou a ser "preparar" jovens para o vestibular, hoje em vias de profunda revisão, pela crescente aceitação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como referencial de acesso ao ensino superior. O ciclo exigia radical reforma de concepção, cuja implantação queremos agora acelerar.

A proposta abarca medidas pelas quais propiciamos ao ensino médio bem cumprir o papel que dele se exige hoje em dia: um transmissor flexível e dialético de conhecimento, que ensine a aprender, oriente em relação à vida, à carreira, prepare para o exercício da cidadania e da democracia. E que, como sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ensine a lidar com novas tecnologias e formas de produzir bens, serviços e conhecimento.

O novo perfil deste ciclo é descrito nas Diretrizes Curri-



Acabam a imposição do saber, a fria avaliação formal e o aluno passa a ter papel ativo

culares Nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação a partir de proposta do ministério. Proposta esta que busca a expansão qualitativa do ensino médio, cuja matrícula cresceu 57% nos últimos cinco anos. Já são mais de 7,8 milhões de alunos hoje; serão 10 milhões em 2002.

Fizemos mudanças nos planos estrutural, didático-pedagógico e curricular. No primeiro caso, a principal novidade foi separar o ensino médio do curso técnico. Agora o profissionalizante é complementar àquele. Ganhou condições de habilitar de fato e, separado, atrairá só jovens que desejam verdadeiramente atuar como técnicos. O ensino médio, por seu turno, ganhou espaço para o papel que de fato lhe cabe e, nesse sentido, continuaremos a perseguir a meta de universalizá-lo.

Na pedagogia do novo ensino médio, a escola encontrará grande apoio nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos quais estão contidos dois conceitos vitais à reforma: interdisciplinaridade e contextualização. Com eles o ensino sem vida e fragmentado de hoje passa a fazer sentido para o jovem. O primeiro diz que as matérias devem per-

passar os conteúdos umas das outras, conectando o saber. Ao contextualizar, a escola se referencia na vivência do aluno, no seu meio social, associando conhecimento à vida prática. Retira-se o jovem do papel passivo, fazendo de suas experiências pessoais, sociais e culturais a maior fonte do aprendizado. Os conceitos resumem o espírito da reforma: tornar a escola um ambiente agregador onde o aluno se sinta valorizado, encaminhado, em aperfeiçoamento e se orientando em relação ao seu futuro.

Nesse sentido destaca-se ainda a reorganização dos currículos. Na reforma, eles devem desenvolver competências e habilidades do aluno, com ênfase no significado social e cultural do conhecimento, no domínio de procedimentos e de ferramentas básicas da ciência. É uma abordagem hoje já medida pelo Enem e que constitui um antídoto contra a repetência, a evasão ou a violência gerada pela cultura do fracasso escolar, hoje em dia combatida de várias formas.

Uma porcentagem de 75% do conteúdo curricular corpora uma base nacional comum, nas áreas de Língua-gem/Códigos, Ciências da Natureza/Matemática, Ciências Humanas e respectivas tecnologias. As próprias escolas definirão, com flexibilidade, matérias e temas, desde que se relacionem às áreas citadas e desenvolvam múltiplas aptidões.

Violência, saúde, ambiente

podem virar assuntos de estudo. Acabam a imposição do saber, a fria avaliação formal. O estudante é encorajado a aflorar potencialidades, a participar vivamente da vida escolar, com direito até mesmo de escolher matérias que deseja dominar. Exercerá tal liberdade em 25% das disciplinas, a serem apresentadas pelas escolas com base nas características socioeconômicas locais e regionais.

O programa da reforma, apoiado pela unanimidade das redes de ensino, está à disposição das Secretarias de Educação dos Estados, que devem, ao implantá-la, instituir métodos de avaliação e de prestação de contas. Cabe aos Estados, constitucionalmente, a responsabilidade pela administração e pelo financiamento do ensino médio e, agora, pela implantação da reforma deste ciclo. Para realizá-la, porém, contarão com recursos e assistência técnica federal. O ministério negocia US\$ 500 milhões do BID (com contrapartida igual), para custear a formação de professores, a melhoria das escolas e a construção de prédios, entre outras ações.

É trabalho para, no mínimo, cinco anos. Especialmente para os professores, verdadeiros protagonistas da reforma. Deles, principalmente, dependerá o sucesso do novo ensino médio que o Brasil quer e merece ofertar aos seus jovens cidadãos.

■ Paulo Renato Souza é ministro da Educação